



## LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS

GÓES, Camila Bahia<sup>1</sup>

11. Educação, Sociedade e Práticas Educativas

**Resumo:** Este artigo é resultado de um projeto de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS com o objetivo de analisar e identificar as práticas pedagógicas de leitura e escrita de duas escolas do Município de Feira de Santana-Ba que obtiveram os maiores resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB. O projeto teve como base teórica autores como Martins (2001); Mello (1993); Saviani (1997); Vianna (2002); Demo (2006); Freire (2005); Geraldi (1995); Lerner (2002); Soares (2003) os quais discutem sobre a temática abordada. Este artigo traz, portanto, uma breve discussão teórica sobre as práticas sociais de leitura e escrita, aponta a metodologia utilizada no projeto de conclusão de curso, como também, os resultados encontrados na pesquisa e as considerações acerca de tais resultados.

**Palavras-Chave:** Leitura; Escrita; Práticas.

**Summary:** This article is the result of a project to completion of the Bachelor's Degree in Education from the State University of Feira de Santana-UEFS aiming to analyze and identify the pedagogical practices of reading and writing in two schools in the city of Feira de Santana-Ba who obtained the highest results of the Index of Basic Education Development-IDEb. The project's theoretical basis as authors Martin (2001); Mello (1993); Saviani (1997); Viana (2002); Demo (2006); Freire (2005); Geraldi (1995); Lerner (2002); Smith (2003) which discuss the theme. This paper therefore presents a brief theoretical discussion of the social practices of reading and writing, pointing the methodology used in the design of completion, as well as the results found in the research and considerations about such results.

**Keywords:** Reading; writing; Practices.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela UEFS e Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia-UFBA; Participante do Grupo de Pesquisas e Estudos em Educação Especial e Necessidades Educacionais Especiais-GEINE; camilabagoes@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um projeto de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade

Estadual de Feira de Santana-UEFS com o objetivo de analisar e identificar as práticas pedagógicas de leitura e escrita de duas escolas do Município de Feira de Santana-Ba, tomando como ponto de partida o fato de terem obtido maiores resultados no IDEB 2011, e os resultados dos índices anteriores (2007 e 2009) apontarem um avanço significativo no seu desempenho.

A sociedade reconhece a escola como importante espaço para o desenvolvimento da leitura e da escrita, pois é nesse espaço que se inicia o processo sistemático de aproximação e apropriação das crianças para o desenvolvimento dessas habilidades. Desse modo, são atribuídas à escola funções específicas de ensino que possibilitam condições as crianças para desenvolver o ato de ler e escrever.

Não é suficiente, porém, ensinar o sistema de leitura ou a grafia correta das palavras, mas, é preciso orientar os alunos a ler e produzir textos, o que requer uma intervenção pedagógica planejada. Daí a importância da prática do professor e da ação sistematizada da escola na qualificação das atividades indispensáveis à prática social do sujeito numa sociedade grafocêntrica.

Através do trabalho pedagógico sistematizado com as habilidades de leitura e escrita se tem a oportunidade de introduzir o sujeito aprendente no mundo da produção de tais habilidades em situação real de uso, na qual há a veiculação de ideias completas e a compreensão e o uso das mesmas como ato interativo. Então, a partir de uma sequência de ações intencionalmente planejada, o aluno tem oportunidade de participar, pertencer, estar junto, somar e agir, tendo como referência o conhecimento sobre a sua própria leitura do mundo.

A leitura e a escrita são processos que se dão de modo produtivo, dinâmico, dialógico e, principalmente, que acontecem em todos os contextos de relações e de interação social, que envolvem os sujeitos, cabendo não só ao professor, mas toda a escola planejar atividades e projetos que trabalhem de forma significativa a leitura e escrita dos alunos, a fim de que os mesmos avancem no processo de escolarização.

Segundo informações da 2ª Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização, a Prova ABC, mais da metade (55,4%) dos alunos do 3º ano do ensino fundamental no país não leem e interpretam um texto de forma correta. Existe uma carência na qualidade do ensino dessas habilidades desenvolvidas na sala de aula e, por esse motivo, os índices da formação dessas habilidades revelam-se deficientes nos alunos de ensino fundamental. Contexto esse que reforça a falta de qualidade no ensino do Brasil.

A qualidade da educação brasileira está à mercê de diversos fatores, resultados da estrutura educacional do país, fatores como desvalorização do professor, os baixos salários, a falta de maiores investimentos na educação, as dificuldades diárias da realidade escolar, dentre outros. Dessa forma, o governo inicia através do movimento Todos pela Educação, uma série de avaliações implantadas para avaliar a educação brasileira, em prol da melhoria na educação.

Neste contexto, surgiu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB em 2007, no intuito de medir a qualidade de cada escola e de cada rede do ensino. O índice é medido através de uma prova, denominada "Prova Brasil", realizada de 2 em 2 anos, aplicada ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio).

No intuito de responder à pergunta como são organizadas as práticas pedagógicas de leitura e escrita nas escolas que obtiveram os maiores resultados do IDEB de 2011, o projeto utilizou-se de referências autores que se debruçam sobre a temática e que são considerados relevantes na literatura brasileira.

Para discutir o contexto em que surge o IDEB e a função dessa política de avaliação educacional, analisando o jogo de interesses, o desenvolvimento, a execução, os impactos e os critérios do mesmo, foi utilizado os dados expostos pelo portal do INEP/MEC e IDEB/MEC e autores como Martins (2001); Mello (1993); Saviani (1997); e, Vianna (2002). No que diz respeito ao ato de ler e escrever, autores como Demo (2006); Freire (2005); Gerald (1995); Lerner (2002); Soares (2003); dentre outros, posto que estes enfatizam a importância dos processos de leitura e escrita para o desenvolvimento dos educandos e a indispensável implantação dessas competências e habilidades na escola.

Este artigo traz, portanto, uma breve discussão teórica sobre as práticas sociais de leitura e escrita, aponta a metodologia utilizada no projeto de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia, como também, os resultados encontrados na pesquisa e as considerações acerca de tais resultados.

## **AS PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA**

Conforme Magda Soares (2003):

O sujeito que aprende a ler e a escrever atua “com” e “sobre” a língua escrita, tentando compreender o sistema de escrita, levantando hipóteses, interagindo com o outro, argumentando com base na suposição das regularidades existentes nesse sistema, e submetendo à prova, tanto as hipóteses quanto as regularidades.

Dessa forma, pensando na leitura e na escrita hoje, podemos afirmar que a construção dessas habilidades é importante para inserção do indivíduo no meio social e serve como mola propulsora para o desenvolvimento de outras capacidades cognitivas. Sendo assim, a escola tem como propósito educativo no ensino dessas habilidades “incorporar as crianças à comunidade de leitores e escritores, ou seja, formar os alunos como cidadãos da cultura escrita” (LERNER, 2002, p.58).

A educação, por sua vez, é um meio eficaz no desenvolvimento da cidadania, desperta o indivíduo para as reflexões sobre o seu meio, com fim de criar um sujeito ativo e participante dentre todas as relações por ele vivenciadas. É através do ensino da leitura e da escrita que o sujeito se torna hábil e capaz de lidar com todos estes fatores.

Por isso que há grandes preocupações no que se refere à leitura e à escrita dentro da escola, pois esta é responsável pelo trabalho sistemático com tais habilidades, sem perder de vista a funcionalidade social dessas práticas. Ou seja, a escola precisa realizar um trabalho tendo as práticas sociais de leitura e escrita com objeto de ensino, e compreender as razões que levam as pessoas a ler e escrever, às maneiras de ler, a tudo o que fazem os leitores e escritores, às relações que leitores e escritores sustentam entre si em relação aos textos (LERNER, 2002).

Nesse sentido, as práticas que devem sustentar o ensino da leitura e escrita precisam ultrapassar o trabalho com a gramática e/ou ortografia, compreensão e estudo gramatical e/ou ortográfico, visando a um estudo que valorize as interpretações dos diversos sujeitos, a interação destes, interações dos leitores com o texto, os fazendo refletir e posicionar-se criticamente sobre o texto a partir da sua realidade de mundo.

Barbosa (1994, p.28) é pertinente ao dizer que:

A questão da aprendizagem da leitura é a discussão dos meios através dos quais o indivíduo pode construir seu próprio conhecimento, pois, sabendo ler, ele se torna capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade através da escrita, e desse modo, produzir, ele também, um conhecimento.

Desta forma, a leitura e a escrita são eixos centrais para o desenvolvimento do indivíduo letrado. Podemos, então, dizer que estas habilidades são indissociáveis, ou seja, são trabalhadas em paralelo, no intuito de construir um cidadão que leia, escreva e pense sobre tais atos.

Olson (1998, p. 75; *apud* LERNER, 2002, p.61) corrobora, ainda, quando se posiciona sobre tais habilidades afirmando que:

O domínio da escrita é uma condição social; quando lemos ou escrevemos um texto, participamos de uma “comunidade textual”, de um grupo de leitores que também escrevem e ouvem, que compartilham uma determinada maneira de ler e entender

um *corpus* de textos. [...] Para dominar a escrita, não basta conhecer as palavras, é necessário aprender a compartilhar o discurso de alguma comunidade textual, o que implica saber quais são os textos importantes, como devem ser lidos ou interpretados, como devem ser aplicados na fala e na ação. [...] Pensamos no domínio da escrita como condição ao mesmo tempo cognitiva e social: a capacidade de participar ativamente em uma comunidade de leitores que concordam com certos princípios de leitura.

Podemos concluir que é neste espaço de aprendizado da leitura e da escrita que se consuma o domínio de tais atos, sendo estes passaportes para o ingresso do indivíduo num mundo de variadas possibilidades na sociedade letrada em que vive, bem como “permite às pessoas estar aqui e em outro lugar, neste tempo e em outros tempos. A letra é um meio de transporte, tem a essência da viagem [...]” (Lacerda, 2005, *apud*; MATENCIO, 1994, p.70).

Nos dias atuais, a leitura e a escrita tem sido objeto de reflexão e análise de vários autores, por acreditar que estas habilidades são primordiais na formação do sujeito letrado. Além do que, a construção e desenvolvimento destas habilidades são exigências legais e asseguradas por documentos que defendem o trabalho da leitura e escrita dentro da escola numa perspectiva que insira efetivamente os sujeitos no meio social. Dentre estes documentos podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (9.394/96), cujo artigo 32, inciso I defende:

Art. 32 – O Ensino Fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

I O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, a escrita e do cálculo;

Outro documento de grande relevância na orientação das práticas escolares são os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998), em que se afirma que a leitura possui uma função de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, uma vez que a partir do desenvolvimento da sua competência leitora esse aluno poderá tornar-se proficiente em todas as disciplinas. Segundo as orientações do PCN:

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de formas a atender a essa necessidade. (BRASIL, 1998, p. 15).

A partir do exposto, podemos perceber que mais uma vez recai sobre a escola o papel de transformar o cidadão em leitor. “Esta deve organizar-se em torno de uma política de formação de leitores.” (BRASIL, 1998, p.15) Desta forma, “se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola (...)” (BRASIL, 1998, p.15).

Podemos destacar também políticas públicas voltadas ao incentivo da população à leitura, que abrangem as mais diversas iniciativas, desde aquelas que promovam o acesso “à leitura por meio da distribuição de livros e da implantação de bibliotecas, até a valorização social da leitura e a formação de mediadores de leitura e de novos leitores” (OLIVEIRA, 2011, p.47).

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER foi criado em 1992, ainda em vigência, mas não com a mesma abrangência, teve como um dos objetivos promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita,

considerando a sua importância para o fortalecimento da cidadania; O Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE, criado em 1997, ainda em vigência, com objetivo em ampliar a rede de bibliotecas públicas municipais; e, o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, criado em 2006, ainda em vigência, com objetivos traçados a curto, médio e longo prazo, tendo como principal objetivo:

assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades (BRASIL, 2006, p. 25).

Não obstante do cenário das políticas de incentivo à leitura, podemos identificar a Prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, como instrumento utilizado para avaliar as condições dos sujeitos leitores e escritores. Pois, esta prova tem como critérios de construção, pontuar as habilidades que de acordo com o Sistema, são necessárias para os sujeitos letrados.

Nesta perspectiva, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB informa dentre outras informações, se as escolas estão desenvolvendo um trabalho de leitura e escrita com desempenho de acordo com os seus descritores, a fim de melhorar a qualidade do ensino.

## **PERCURSO METODOLÓGICO REALIZADO**

Para análise deste estudo foi escolhido o último ano do ensino fundamental I, ou seja, o 5º ano, antiga 4ª série, devido ao trabalho sistemático da leitura e escrita que acontece nos primeiros anos escolares.

Dentre as escolas que obtiveram maior resultado no IDEB 2011, foram selecionadas duas escolas que estão localizadas geograficamente próximas, atendem a um público de realidades similares e tem níveis de progressão em relação aos IDEBs passados. As escolas selecionadas para a realização da pesquisa estão localizadas em bairros considerados de baixa renda e atendem crianças provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram o quadro profissional da gestão e coordenação e os professores do 5º ano/4ª série das escolas. A pesquisa teve como sujeitos colaboradores a direção da escola “A”, composta por 3 pessoas responsáveis pelos cargos de diretora e vice-diretora, e, a professora regente do 5º ano/4ª série, desde 2011. Na escola “B”, os sujeitos da pesquisa foram, a diretora, única responsável pela gestão da escola e a professora regente do 5º ano/4ª série, há mais ou menos 11 anos trabalhando na escola.

Para realização do estudo, a pesquisa qualitativa foi escolhida, devido a esse tipo de pesquisa visar ao aprofundamento em determinada área de estudo, valorizar o contexto do campo da pesquisa, considerando as subjetividades dos sujeitos da mesma. De acordo com as autoras Ludke e André (1996), a pesquisa qualitativa supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, geralmente através do trabalho ativo de campo. Neste tipo de pesquisa, o contexto deve ser estudado como de fato ele se insere, sem qualquer interferência intencional do pesquisador.

Devido ao fato da pesquisa ter como lócus dois campos distintos, equiparados pelo critério de maiores resultados do IDEB de 2011, utilizou-se como metodologia o estudo de casos múltiplos, quando o mesmo estudo contém mais de um caso. Partindo do pressuposto que o estudo de casos múltiplos proporciona o estudo de mais de um caso sem perder de vista a unicidade dos mesmos, houve a necessidade de um estudo mais intenso sobre os lócus referidos e maiores habilidades desenvolvidas para conduzir tal estudo.

As técnicas utilizadas durante a pesquisa qualitativa foram elencadas devido à necessidade de se aproximar

da realidade das escolas, interagir com os sujeitos da pesquisa e o contexto que estes estão inseridos. Desta forma, na pesquisa foi utilizada a análise de documentos administrativos e pedagógicos das escolas, a observação do espaço e da rotina escolar e, entrevista com os sujeitos dispostos acima necessários para a realização da pesquisa.

Após a coleta de dados foi feita uma análise de conteúdo, a qual se configura uma técnica de codificação e se justifica por a tentativa exploratória de ampliar a descoberta dos conteúdos aparentes e a confirmar ou informar as hipóteses. (BARDIN, 1978).

## **RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES**

Esta pesquisa não teve a finalidade de julgar, nem tão pouco solucionar os problemas acerca das práticas de leitura e escrita das escolas, mas, sim, propor reflexões sobre a organização de tais práticas consideradas exitosas em cada escola, a fim de contrastá-las e verificar quais as implicações que estas têm sobre a avaliação do IDEB. A partir dos relatos e das análises, foi possível constatar que, de fato, as práticas das escolas "A" e "B" se distanciam significativamente uma da outra.

Diante das observações e reflexões sobre a participação da gestão escolar das duas escolas no que diz respeito à realização de atividades de leitura e escrita, notamos que a instituição "A" possui projetos e os denominados processos essenciais para o desenvolvimento das atividades direcionadas ao coletivo e as especificidades de cada turma. Entretanto, na escola "B", percebemos que a instituição não possui projetos e encaminha a responsabilidade do ensino para o corpo docente, deixando-os à vontade para realizar seu próprio trabalho pedagógico com os alunos.

No que diz respeito aos projetos e processos elaborados na escola "A" podemos perceber que há uma preocupação no que tange à formação leitora e escritora dos alunos. As atividades propostas tinham por finalidade maior trabalhar a leitura e a escrita das crianças, incentivar estas ao ato de ler e escrever, oferecendo-as elementos para conhecer a função social de tais atos. Ou seja, proporcionava aproximação e aperfeiçoamento das habilidades de leitura e escrita de forma dinâmica e prazerosa, sem perder de vista a prática social dessas habilidades.

Compreendemos que o processo de leitura e escrita deve-se a um trabalho sistemático, processual e oriundo de diversos estímulos, desde que a criança adentre no espaço escolar até esta chegar à leitura fluente e a escrita convencional. A preocupação que devemos ter enquanto educadores é a de criar estratégias significativas para os alunos, adotando uma postura que desenvolva o trabalho com a leitura e a escrita, incentivando-os ao hábito de ler e escrever fora dos muros da escola e possibilitando o conhecimento sobre as funções sociais de tais atos.

Para tanto, as práticas de leitura e escrita na escola devem superar o mero trabalho que mecaniza, decodifica, reproduz o conhecimento de símbolos gráficos, aquele que não dar sentido real ao uso destes símbolos, nem tão pouco aproxima o aluno a situações de leitura e de escrita de forma que este pense sobre as mesmas enquanto práticas que os direcionem a serem sujeitos leitores e produtores de história, tornando-se mais críticos e mais reflexivos. O trabalho dentro da escola precisa fomentar e incentivar os alunos ao ato de ler e escrever fora dos muros dela.

As reflexões sobre as práticas pedagógicas de leitura e escrita permitiram compreender que tais práticas quando verdadeiramente exitosas proporcionam aos alunos, além do conhecimento sobre o código gráfico da escrita, o conhecimento sobre as funções sociais destes códigos, estimulando-os a formação leitora e escritora fora os muros da escola.

Foi notório que a escola "A" tem seu diferencial no que diz respeito a estas práticas, pois esta desenvolve atividades pensando na aproximação e aperfeiçoamento de tais habilidades de forma que incentive seus alunos ao ato de ler e escrever. Há uma mobilização coletiva para que seja trabalhada a formação leitora e

escritora dos alunos da escola "A". No que tange à escola "B" não percebemos o desenvolvimento de atividades neste intuito, de formar o sujeito enquanto leitor e escritor, apesar da fala da professora fazer-nos acreditar que o trabalho parte da realidade do aluno. Mesmo assim, é ausente o trabalho com as referidas funções.

Entretanto, precisamos pontuar que a infraestrutura da escola "A" se difere por completo da escola "B", a qual não possui nenhuma biblioteca, nenhum espaço que proporcione a leitura prazerosa, dessa forma, o espaço por si mesmo já nega e dificulta a realização de um trabalho voltado para formação leitora e escritora dos seus alunos. Assim, cabe ao professor promover atividades que incentivem ao ato de ler e escrever sem o uso de tais espaços, tentando ao máximo, explorar potencialidades dos alunos para o desenvolvimento dessas habilidades com desejo e interesse.

Por considerar os resultados do IDEB critério para a escolha das escolas, foi preciso uma investigação no que concerne a essa avaliação. Sabe-se que os descriptores do IDEB são distribuídos em Língua Portuguesa e Matemática, para fim desta pesquisa voltou-se somente ao trabalho desenvolvido com Língua Portuguesa, já que o objetivo maior foi analisar as práticas pedagógicas de Leitura e Escrita desenvolvidas nas escolas que obtiveram maiores resultados do IDEB de 2011 no município de Feira de Santana-BA.

Foi constatado que a escola "B" não enxerga a avaliação do IDEB como fator implicador das práticas desenvolvidas na escola. Ou seja, não existe um trabalho voltado para a realização da prova, por mais que a concepção da escola seja pensar no IDEB como medidor importante para a avaliação de desempenho da educação. A escola "B" não demonstra preocupação em torno da avaliação do IDEB, ao contrário, demonstra segurança no trabalho desenvolvido pela mesma, acreditando ser o diferencial da escola desenvolver suas práticas partindo da realidade do aluno.

Na escola "A", foi notório o desenvolvimento do trabalho voltado para a realização da Prova Brasil, como a exemplo, da Provinha Escola "A", a qual proporciona aos alunos uma aproximação com a estrutura da Prova Brasil, além de prepará-los para tal, podendo também, contribuir para melhoria dos problemas encontrados. Foi confirmado pela gestão que o plano de curso de Língua Portuguesa está alinhado aos descriptores do IDEB, pensando que as habilidades presentes nos descriptores são as necessárias para o desenvolvimento do trabalho pedagógico da escola. Podemos, então, afirmar que, existe nitidamente uma preocupação em alcançar bons resultados na avaliação do IDEB.

A escola "A" pensa e idealiza o seu trabalho em consonância com as habilidades e competências cobradas pelo IDEB, porém, não se prende somente a essas. Ou seja, a escola "A" realiza um trabalho com foco na realização da prova e, além deste, ela desenvolve atividades que fomenta o gosto pela leitura e produção de texto, ou seja, incentiva os alunos ao ato de ler e escrever.

Os descriptores do IDEB cobram habilidades necessárias ao conhecimento do código gráfico da escrita, também, interpretação, implicações, procedimentos, relação, coerência e coesão de textos, entretanto, não cabem à avaliação do IDEB identificar habilidades que competem à formação leitora e escritora. Desta forma, as escolas "A" e "B" alcançam tais resultados por desenvolver um trabalho com a leitura e escrita que capacite seus alunos às habilidades cobradas por esta avaliação, porém, não devem se prender somente as tais habilidades.

Diante disso, o desenvolvimento das práticas exitosas de leitura e escrita ultrapassam as habilidades necessárias para a realização da Prova Brasil. É fundamental que, a escola busque estratégias que fomentem a formação leitora e escritora dos alunos, para que estes possam conhecer a função social dessas habilidades a fim de atuar na sociedade de forma autônoma, crítica e reflexiva.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura.** São Paulo: Cortez, 2<sup>a</sup> ed. 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1978.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

LERNER, Délia. **Ler e escrever na escola o real, o possível e o necessário.** São Paulo: Artmed, 2002.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: ETU, 1986.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **SAEB:** Metodologia Utilizada.

Disponível em:

<<http://www.inep.gov.br>

>. Acesso em 06 abril de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **IDEB:** O que é, para que serve, como é calculado.

Disponível em:

<<http://www.inep.gov.br>

>. Acesso em 06 abril de 2013.

Parâmetros Curriculares Nacionais: **Língua Portuguesa:** primeiro e segundo ciclos / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. – Brasília : A Secretaria, 1998.

Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Brasília, 2009.

Disponível em:

<http://www.pnll.gov.br>

. <<

Acesso em: 31/05/2013.>>

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas públicas de fomento à leitura:** agenda governamental, política nacional e práticas locais. Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2011.

SOARES, Magda. **Letramento e Escolarização.** In: RIBEIRO, V. M. (Org). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2003.

Recebido em: 28/06/2014

Aprovado em: 28/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: